



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 11921/24

Rubrica: Fls: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 3f914ae7-996f-482e-8e27-3fd010e4c612
Protocolo: Processo Requerimento Nº 011921/2024
Data: 09/05/2024 15:08:06
Origem: MEDICAL CENTER LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: MEDICAL CENTER LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 09/05/2024 15:08:20	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ**

**REF.:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.024/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.745/2023**

A empresa **MEDICAL CENTER LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.545.961/0001-14, localizada na Rua Luiz Maria, 350,0 Loja 01, Brejo, Conceição do Mato Dentro/MG – CEP: 35.860-000, telefone: 31 98316-3561 e (31) 3868-2058, e-mail: administrativo@grupocmdsaude.com.br, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA**, portador da Carteira de Identidade no 12.229.063 e inscrito no CPF sob o nº 068.353.546-31, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fulcro no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor.

DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021 que regulamenta as licitações e contratos administrativos, prevê em seu artigo 164, caput, o prazo legal e os legitimados para interposição da impugnação ao edital. Vejamos:

*Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**. Grifos nossos.*

O instrumento convocatório em análise determinou o seguinte acerca das possíveis impugnações:

25 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1 -Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Logo, a impugnante apresentou sua impugnação de forma tempestiva, uma vez que sua peça fora encaminhada ao Órgão no dia 09/05/2024 e a data de abertura do certame está prevista para o dia 15/05/2024. Portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja admitida, processada e ao final, julgada procedente, nos termos do requerimento.

I - DOS FATOS:

A impugnante tomou conhecimento da publicação do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.024/2024, a ser realizado pelo MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ, com data prevista para realização no dia 15/05/2024. O referido certame tem por objeto a ***“REGISTRO DE PREÇO, para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP para cada secretaria/ subsecretaria/ subprefeitura/ fundação / unidade / setor ou qualquer órgão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, atendendo a todos os órgãos supracitados do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital.”***

Ocorre que, ao selecionar as condições a serem preenchidas pelos licitantes para se tornarem vitoriosos na licitação, o **presente edital restou por não exigir, de forma clara e precisa, na comprovação da qualificação técnica dos licitantes, documentos de suma importância previstos na legislação vigente.** Neste sentido, visando à adequação do presente edital à lei licitatória, apresenta-se a presente impugnação, com os argumentos que seguem.

II - DO DIREITO

II.I – DA PREVISÃO LEGAL

Inicialmente, é importante ressaltar que o edital de licitação é um ato administrativo vinculado, ou seja, espécie de ato administrativo ao qual a lei estabelece requisitos e condições para sua realização. Esse é também um reflexo do princípio da legalidade ao qual se acha adstrita a Administração Pública.

Assim, na prática de atos vinculados o Administrador Público não pode agir discricionariamente, mas deverá sujeitar-se às estipulações legais ou regulamentares, e delas não poderá afastar ou desviar sem viciar irremediavelmente a ação administrativa. Nesse sentido é a lição do saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles¹:

“Atos vinculados ou regrados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições de sua realização. Nessa categoria de atos, as imposições legais absorvem, quase que por completo, a liberdade do administrador, uma vez que sua ação fica adstrita aos pressupostos estabelecidos pela norma legal para a validade da atividade administrativa. Desatendido qualquer requisito, compromete-se a eficácia do ato praticado, tornando-se passível de anulação pela própria Administração, ou pelo Judiciário, se assim requerer o interessado.”

Seguindo tais premissas, a Lei nº 14.133/21, que rege as licitações e os contratos administrativos, estipulou não só a forma sob a qual devem ser elaborados os editais de licitação, como também quais as exigências podem nele estar contidas.

Em razão disso, não cabe ao Administrador optar pela inclusão, ou não, de certas cláusulas editalícias, ou acrescentar cláusulas não autorizadas pela Lei, sob pena de estar desatendendo a uma imposição legal que restringe a sua liberdade de atuação. Colocadas essas considerações, passamos a análise das exigências consignadas no instrumento convocatório em apreço.

II.II - DA OMISSÃO DO EDITAL QUANTO AOS DOCUMENTOS ATINENTES À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES

¹ *Direito Administrativo Brasileiro* – 24ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2000, p.149.

Conforme exposto acima, o item 8.12.4 e subitens do mencionado instrumento convocatório, trouxe a apresentação de documentos para qualificação técnica dos licitantes. Ocorre que, as exigências estabelecidas não são suficientes para provar que o licitante executou com excelência o objeto licitado.

Apesar de se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** na área de **ENGENHARIA E MEDICINA DO TRABALHO** e embora o edital em comento seja para contratação de serviços no âmbito da Saúde regulamentados pela **VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, não há qualquer menção quanto a necessidade de documento que comprove o registro da empresa junto ao órgão fiscalizador. Ademais, não é solicitado, na habilitação, que as empresas comprovem que possuem registro, além de seus responsáveis técnicos nos conselhos profissionais competentes, CREA e CRM. Outro agravante é a não solicitação do **Alvará Sanitário** bem como do **CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**, instituído pelo Ministério da Saúde.

DA OMISSÃO DO REGISTRO OU INSCRIÇÃO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE

Como mencionado anteriormente, o edital prevê especificamente, a contratação de uma empresa para serviços especializados em Engenharia, Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional. Empresas que executam o referido serviço devem ter, necessariamente, registro junto ao **CRM (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA)** e **CREA (CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA)** de sua região, porém, o edital é omissivo quanto a necessidade de tais registros no momento da habilitação.

É imperativo que o processo licitatório seja conduzido com transparência e que todos os licitantes tenham igualdade de condições para participar. A exigência de documentos técnicos apenas após a fase de habilitação pode gerar desigualdade e insegurança jurídica, prejudicando o princípio da isonomia.

Quanto a qualificação técnica, para realizar o serviço previsto no edital, vale analisar o entendimento do Prof. Marçal²:

² I FILHO, Marçal Justen. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2014. p. 575.

O conceito de qualificação técnica é complexo e variável, refletindo a heterogeneidade dos objetos licitados. **Cada espécie de contratação pressupõe diferentes habilidades ou conhecimentos técnicos.** É implausível imaginar algum caso em que a qualificação técnica seria irrelevante para a administração. Quando muito, poderia imaginar-se que o objeto é suficientemente simples para ser executado por qualquer profissional de uma certa área. Por exemplo, suponha-se que a Administração necessite contratar serviços de marcenaria muito simples. A qualificação técnica poderá restringir-se à comprovação da titularidade da profissão de marceneiro, mas é óbvio que não poderia ser contratada pessoa destituída de qualquer habilidade nesse setor. **Como decorrência, a determinação do requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades das necessidades que o Estado deve realizar.** Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes.

Portanto, verificando que o edital trata-se de serviço especializado de Medicina e Saúde, o Pregoeiro deveria ter observado os requisitos indispensáveis para habilitação, ou seja, qual empresa ou profissional pode prestar tais serviços e se estão regularmente registrados junto as entidades profissionais competentes.

O art. 1º da Lei Federal nº 6.839/1980, que "Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.", que transcrevo:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Essas exigências de registros nos referidos conselhos são medidas aceitáveis e legítimas para o exercício de serviços na área da saúde e medicina, sendo certo que o registro se mostra essencial, pois reside no rol de requisitos para a qualificação técnica da empresa e do responsável técnico, ou seja, esses devem comprovar estarem aptos ao exercício de atividades na área da medicina e saúde e só o registro no CRM e CREA podem conferi-los.

No que tange a exigibilidade do registro no **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA – CRM**, a Lei 6.839/80 e Resolução CFM 1.980/2011, traz em sua redação, a exigência de registro no CRM para empresas e profissionais prestadores de serviços relacionados a saúde. Vejamos:



Art. 3º As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98.
Parágrafo único. Estão enquadrados no "caput" do art. 3º deste anexo:
a). As empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares de diagnóstico e/ou tratamento.

Neste sentido, a legislação determina que além do registro das empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, há necessidade também de realizar anotação dos profissionais legalmente habilitados. Vejamos o que preconiza a Lei nº 6.839/1980:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em 3 razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Assim, considerando a legislação acima especificada e o Decreto nº 20.931/1932, responsável por regular e fiscalizar o exercício da medicina, tais exigências são plenamente legítimas para que a prestação de serviço na área de saúde ocorra de maneira segura e competente. Para que esta Administração não sofra danos, não coloque em risco a vida dos usuários do objeto solicitado e tenha a oportunidade de realizar o melhor preço e a melhor compra, deve-se fazer constar no supracitado edital a exigência de apresentação de registro da empresa licitante e de seu responsável técnico, ou eventual subcontratada, junto ao CRM do estado em que possui sede como requisito de qualificação técnica.

É preciso entendermos que a exigência de qualificação técnica em processo licitatório tem como único objetivo, a prestação de garantia para a Administração Pública de que o serviço licitado será executado por empresa com capacidade técnica para isso. Garantia de que a empresa possui condições mínimas para executar com presteza e segurança o serviço ora licitado.

Com relação a não solicitação do registro da empresa no **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA** ressalta-se que este é obrigatório a toda pessoa jurídica que presta ou executa serviços e/ou obras em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Sanitária, Engenharia de Segurança do

Trabalho, Engenharia de Telecomunicações, Agrimensura, Engenharia Mecânica, Industrial, Engenharia Ambiental, entre tantas outras, além de Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia, conforme preceitua a *Lei 5.194/66*:

"As firmas (empresa individual), sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico."

Sua obrigatoriedade também poderá ser auferida além da Lei 5.194/66 em seus artigos 7º, 59, 60, 61 e 62 também nas e Resoluções nº 336/89 e 417/98 do CONFEA. Logo, a não exigência desse registro vai em total desencontro com a o que estabelece a lei vigente

É preciso entendermos que a exigência de qualificação técnica em processo licitatório tem como único objetivo, a prestação de garantia para a Administração Pública de que o serviço licitado será executado por empresa com capacidade técnica para isso. Garantia de que a empresa possui condições mínimas para executar com presteza e segurança o serviço ora licitado.

No presente caso essa garantia deve acontecer por meio da exigência de:

- a) **Registro da empresa na entidade competente, que em se tratando de serviços na área da saúde, a entidade competente é o CRM (Conselho Regional de Medicina);**
- b) **Registro da empresa na entidade competente, que em se tratando de serviços de engenharia e segurança do trabalho, a entidade competente é o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);**

Mister se faz ressaltar que a exigência de registro das empresas e responsáveis técnicos nos órgãos competentes encontra-se em plena consonância com a legislação atualmente aplicável, e não tem o condão de restringir o número de participantes nas licitações, mas tão somente o propósito de se estabelecer uma adequada correspondência entre o objeto da licitação que envolve os serviços de saúde e a qualificação dos licitantes, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a estimada Administração.

DA OMISSÃO DE COMPROVAÇÃO DE CADASTRO JUNTO AOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES

No que tange à inexigibilidade do Alvará Sanitário, insurge a ora impugnante demonstrar a importância da apresentação do referido documento entre os documentos de habilitação técnica. Vejamos.

É sabido que o alvará sanitário além de ser um documento de apresentação obrigatória por exigência legal, é também imprescindível para comprovar que as licitantes tem autorização para exercer as atividades sob regime da Vigilância Sanitária, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos. Qualquer fornecedor que realiza prestação de serviço na área da saúde pública precisa adquirir licença sanitária. Quando o objeto se trata de serviços de locação de ambulâncias que diretamente lida com a remoção de pacientes, essa licença é ainda mais necessária, pois todos os produtos, equipamentos e adequações contidas nesses veículos devem ser regulamentados e supervisionados pela ANVISA.

Tamanho sua importância, que sua previsão está contida na Lei federal nº 8.080/1990, que prevê a regulamentação e fiscalização das ações e serviços ligados à área da saúde, vejamos:

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

*§ 1º Entende-se por **vigilância sanitária** um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:*

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

*II - o **controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.***

Assim, pelo objeto tratar-se de prestação de **SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE** e estando o exercício dessa atividade sujeito à fiscalização e normas da vigilância sanitária, as empresas interessadas em participar do Pregão em comento devem possuir alvará sanitário, motivo pelo qual faz-se necessária a inclusão da exigência de apresentação do referido documento, pois a não exigência deixa a contratante vulnerável a empresas não preparadas para a prestação do serviço.

Ressalta-se que a exigência de alvará da sede não limita ou restringe a participações na presente licitação, pelo contrário, traz segurança à contratante, como forma de demonstrar que as empresas concorrentes seguem a legislação sanitária de seu local de funcionamento e execução de suas atividades.

Outro ponto que merece ênfase é exigência da apresentação de registro CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Este é instituído pelo Ministério da Saúde e tem como principal objetivo ser a base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde. Por meio dele, é possível verificar o nome, endereço e localização, até instalações físicas e equipamentos, além de informações sobre o gestor responsável pelo estabelecimento de saúde.

O cadastro CNES serve para identificação e acompanhamento de todo o sistema de saúde brasileiro. A portaria nº 1.6446/2015 do Ministério da Saúde que institui o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), informa que:

Art. 4º O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações.

Portanto, ele é obrigatório para todos os prestadores de serviço no setor de saúde. Sendo assim, estabelecimentos que não constam no cadastro atuam de forma irregular. Reiteramos que por se tratar de serviços prestados na área da saúde, empresas que trabalham na área de medicina do trabalho, devem ter necessariamente registro junto ao CNES. Assim, baseando-se no objeto do certame, faz-se necessário incluir a exigência de apresentação de registro no CNES entre os documentos de habilitação técnica.

Cumpre-nos ressaltar que tais exigências não incorrem em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato, pois se a empresa executa serviços no ramo da Saúde, já deve possuir a documentação necessária, pois para sua operacionalidade a empresa precisa dessa autorização do CRM de sua região, da ANVISA e do CNES.

Portanto, resta claro, que o mencionado edital foi falho quanto a exigência da qualificação técnica dos licitantes, exigência está de suma importância

devido à complexidade técnica do objeto do edital. Assim, o mesmo merece ser corrigido, uma vez que a ausência de exigência de comprovação dos documentos contestados serve, no presente caso, como autorização para que empresas não qualificadas concorram como licitantes e contratem com a Administração, o que coloca em risco não só a finalidade pública precípua da licitação, mas em última e maior análise, coloca em risco a própria vida dos munícipes usuários do serviço de saúde pública.

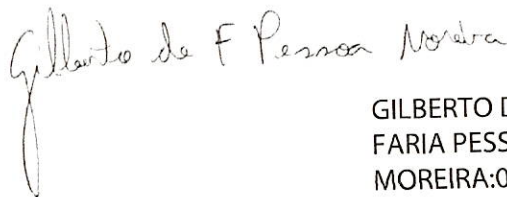
III - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer-se que seja a presente impugnação julgada procedente, com efeito para que se proceda a devida correção do edital inserindo no rol de documentos de qualificação técnica, comprovação de registro da licitante e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Medicina e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, bem como atestado de capacidade técnica das licitantes, alvará sanitário da sede da licitante e inscrição no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, conforme preceitua a legislação vigente no momento da habilitação.

Requer, por fim, seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto.

Nestes termos, pede deferimento.

Conceição do Mato Dentro, 09/05/2024.



GILBERTO DE
FARIA PESSOA
MOREIRA:0683
5354631

Assinado de forma digital por
GILBERTO DE FARIA PESSOA
MOREIRA:06835354631

Dados: 2024.05.09 08:25:23 -03'00'

MEDICAL CENTER LTDA
22.545.961/0001-14

GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
REPRESENTANTE LEGAL
RG: MG-12.229.063 - CPF:068.353.546-31

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ**

REF.:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.024/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.745/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP para cada secretaria/ subsecretaria/ subprefeitura/ fundação / unidade / setor ou qualquer órgão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, atendendo a todos os órgãos supracitados do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

A empresa **MEDICAL CENTER LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.545.961/0001-14, inscrição estadual: isenta, inscrição municipal: 0000008855, localizada na Rua Luiz Maria, 350, loja 01, Brejo, Conceição do Mato Dentro/MG – CEP: 35.860-000, e-mail: administrativo@grupocmdsaude.com.br e gerencia@medicalcentercmd.com.br, telefone: 31 98316-3561 e (31) 3868-2058, por seu representante legal infra assinado, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**:

1º PERGUNTA:

O edital informa:

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1- O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1 - valor unitário e total do item;

10.1.2 - Marca;

10.1.3 - Fabricante;

disponível

O modelo de proposta também dispõe:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MARCA	U/C	QUANT.	PREÇO	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	<p>- Elaboração de <u>Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT</u> da Prefeitura do Município de Nova Friburgo em atendimento à Lei Nº 8.213 de 24 julho de 1991 e demais atos legais e normativos vigentes;</p> <p>- Elaboração de <u>Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP</u> em atendimento à Consolidação das</p>	-	SERVIÇO	01		

Tendo em vista que se trata de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, entendemos não ser necessário a indicação de MARCA/FABRICANTE. Está correto? Caso seja necessário, favor informar como devemos fazer essa indicação.

2º PERGUNTA: *Medicina*

O termo de referência informa:

5.2.1 A CONTRATADA deve elaborar os Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP das unidades da CONTRATANTE, em atendimento à Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e Normas Regulamentadoras Nº 15 e 16 do Ministério do Trabalho e Previdência, respectivamente, e demais legislações vigentes;

Diante do acima exposto:

- Entendemos que a contratante NÃO deseja a execução de exames. Esse entendimento está correto?
- Caso o órgão deseje a execução dos exames, os atendimentos deverão ser executados exclusivamente por médico do trabalho ou poderá ser por médico examinador? **(se aplicável)**
- O órgão disponibilizará algum local para atendimento das consultas? **(se aplicável)**
- Caso o órgão não disponibilize local de atendimento, em qual raio de distância deve permanecer a clínica da empresa em relação a sede do município? **(se aplicável)**
- Caso o órgão não disponibilize local de atendimento, de quem será a responsabilidade de custear as despesas de deslocamento dos servidores até a clínica da empresa? **(se aplicável)**
- Qual é a média de atendimentos semanal? **(se aplicável)**
- Qual é a carga horária que o profissional médico deverá cumprir por dia? **(se aplicável)**

3º PERGUNTA:

O termo de referência informa:

2.1 Trata-se da Contratação de empresa especializada para os serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), pormenorizado nos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II) do presente processo. A contratação tem por objetivo atender às necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo pelo período de 01 (um) ano, uma única vez, para elaboração dos programas. Eventuais atualizações serão apontadas ao longo dos próximos anos.

Com relação a visitas técnicas, entendemos que ela deverá ser feita apenas UMA VEZ, em cada setor/secretaria/subsecretaria/repartição. Está correto? Se não, qual deverá ser a frequência? Ou isso fica a carga da empresa contratada decidir?

Será realizada e será corrigido na republicação do edital.

4ª PERGUNTA: *licitação*

Em relação aos profissionais que serão empregados na prestação de serviço, o edital informa:

4.3 Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados e qualificados, cuja comprovação da qualificação técnica poderá ser verificada pela CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, mediante a apresentação de certificados de conclusão de treinamentos, que comprovem a aptidão para a execução dos serviços, pertinente e compatível com o objeto deste Termo;

E informa também:

9.2.7 A CONTRATADA indicará no ato da assinatura do contrato o(s) responsável(is) técnico(s) que realizará(ão) os serviços. A equipe deverá conter no mínimo:

- 01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho e uma quantidade de demais profissionais da área de segurança e/ou medicina do trabalho que seja suficiente para a realização dos serviços dentro dos prazos estipulados neste termo de referência.

Gostaríamos de saber: Qual deverá ser o modo de contratação desses profissionais, CLT ou contrato particular (pessoa jurídica ou física)? Ou ficaria a critério da CONTRATADA decidir isso?

sendo os encargos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo exigida a apresentação dos documentos de habilitação da mesma, conforme item 9.2.12 e 9.3.12.1 do Termo de Referência.

5ª PERGUNTA:

Edital informa:

** licitação.*

14.13 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

14.14 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

Entendemos que para este certame, tendo em vista que trata-se de prestação de serviço, não será necessária apresentação de amostra. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, por favor, informar como será o procedimento. No caso, o que devemos apresentar na amostra?

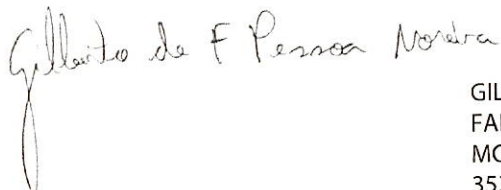
No caso desta contratação não será utilizada apresentação de amostra.

6º PERGUNTA:

Qual é a quantidade de servidores que o órgão possui?

aproximadamente 7.463

Conceição do Mato Dentro, 09 de maio de 2024.



GILBERTO DE
FARIA PESSOA
MOREIRA:068
35354631

Assinado de forma
digital por GILBERTO
DE FARIA PESSOA
MOREIRA:068353546
31
Dados: 2024.05.09
08:22:44 -03'00'

MEDICAL CENTER LTDA
22.545.961/0001-14

GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
REPRESENTANTE LEGAL
RG: MG-12.229.063 - CPF:068.353.546-31



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/488.525-1	MGP2200840532	22/09/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI

12º ALTERAÇÃO CONTRATUAL
MEDICAL CENTER LTDA-ME
CNPJ: 22.545.961/0001-14

GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA, nacionalidade brasileira, médico, solteiro, nascido em 11/11/1984, portador da carteira de identidade MG-12.229.063, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF 068.353.546-31, residente e domiciliado na Rua Farmacêutico Orlando Guerra, nº 166, Bairro Bandeirinha, Conceição do Mato Dentro/MG, CEP 35.860-000.

MATEUS DE CASTRO MARCHINI, nacionalidade brasileira, médico, casado em regime de separação de bens, nascido em 02/02/1987, portador da carteira de identidade MG-10.643.401 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF 070.396.276-04, residente e domiciliado na Rua Cônego Rocha Franco, nº 266, Apto. 500, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP 30.441-045.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, **MEDICAL CENTER LTDA- ME**, cujo contrato social foi devidamente registrado na JUCEMG sob o nº 31210406301 em 27/05/2015, inscrita no CNPJ 22.545.961/0001-14, situada na Rua Luiz Maria, nº 350, Loja 01, Bairro Brejo, Conceição do Mato Dentro/MG, CEP 35.860-000, resolvem alterar o contrato social da seguinte forma:

1) – DAS ALTERAÇÕES:

a) – DE ATIVIDADES:

Com a presente alteração contratual as atividades da empresa passam a ser:

- A. ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS;
- B. SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO;
- C. OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS;
- D. LOCACOES DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR;
- E. ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES;
- F. ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL;



- G. ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA;
- H. ATIVIDADES DE ENFERMAGEM;
- I. ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA NUTRICAO;
- J. ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANALISE;
- K. ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA;
- L. ATIVIDADE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, SEM PRONTO SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS;
- M. UTI MOVEL;
- N. ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALAR SEM OPERADOR;
- O. SERVICOS MOVEIS DE ATENDIMENTO A URGENCIAS, EXCETO POR UTI MOVEL;
- P. SERVICOS DE REMOCAO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVICOS MOVEIS DE ATENDIMENTO A URGENCIAS;
- Q. SERVICOS MOVEIS DE ATENDIEMNTO A URGENCIAS.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA, nacionalidade brasileira, médico, solteiro, nascido em 11/11/1984, portador da carteira de identidade MG-12.229.063, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF 068.353.546-31, domiciliado na Rua Farmacêutico Orlando Guerra, nº 166, Bairro Bandeirinha, Conceição do Mato Dentro/MG, CEP 35.860-000.

MATEUS DE CASTRO MARCHINI, nacionalidade brasileira, médico, casado em regime de separação de bens, nascido em 02/02/1987, portador da carteira de identidade MG-10.643.401, expedida pela SSP/MG, CPF 070.396.276-04, residente e domiciliado na Rua Cônego Rocha Franco, nº 266, Apto. 500, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP 30.441-045.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, **MEDICAL CENTER LTDA- ME**, cujo contrato social foi devidamente registrado na JUCEMG sob o nº 31210406301 em 27/05/2015, inscrita no CNPJ 22.545.961/0001-14, situada na Rua Luiz Maria, nº 350, Loja 01, Bairro Brejo em Conceição do Mato Dentro/MG, CEP: 35.860-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL:

A empresa continua sob a denominação social de **MEDICAL CENTER LTDA- ME** e nome fantasia **GRUPO CMD SAÚDE**.



CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE:

A empresa continua sendo no endereço: Rua Luiz Maria, nº 350, Loja 01, Bairro Brejo em Conceição do Mato Dentro/MG, CEP: 35.860-000.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL:

As atividades da empresa são:

- A. ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS;
- B. SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO;
- C. OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS;
- D. LOCACOES DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR;
- E. ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES;
- F. ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL;
- G. ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA;
- H. ATIVIDADES DE ENFERMAGEM;
- I. ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA NUTRICAO;
- J. ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANALISE;
- K. ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA;
- L. ATIVIDADE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, SEM PRONTO SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS;
- M. UTI MOVEL;
- N. ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALAR SEM OPERADOR;
- O. SERVICOS MOVEIS DE ATENDIMENTO A URGENCIAS, EXCETO POR UTI MOVEL;
- P. SERVICOS DE REMOCAO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVICOS MOVEIS DE ATENDIMENTO A URGENCIAS;
- Q. SERVICOS MOVEIS DE ATENDIEMNTO A URGENCIAS.

CLÁUSULA QUARTA – FILIAIS:

A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outras dependências, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE DURAÇÃO:

O prazo de duração é por tempo indeterminado, podendo extinguir-se pela impossibilidade de se manter ou por consenso dos sócios.



CLÁUSULA SEXTA – CAPITAL SOCIAL:

O capital social é no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) divididos em 100.000 (cem mil) cotas ao valor unitário de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios em moeda corrente do país, e distribuídas da seguinte forma:

Sócios	Cotas	Valor	%
GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA	50.000	R\$50.000,00	50 %
MATEUS DE CASTRO MARCHINI	50.000	R\$50.000,00	50 %
Total	100.000	R\$100.000,0	100 %

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do CC/2002.

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA:

As cotas da empresa são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquiri-las.

Parágrafo único: Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos sua respectiva cota a terceiros sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurada a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das cotas que possuem, observando o seguinte:

- I- Os sócios deverão ser comunicados por escrito para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 30 (trinta) dias;
- II- Findo o prazo para o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão as cotas serem cedidas ou alienadas a terceiros.



CLÁUSULA NONA – ADMINISTRAÇÃO:

A administração da empresa será exercida por ambos os sócios **MATEUS DE CASTRO MARCHINI** e **GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA** com poderes e atribuições de uso da denominação em todos os atos e operações relativas à sociedade, tais como: representá-la em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, assinar contratos e distrato por instrumento público ou particular, assinar títulos e papéis bancários em geral, letras de câmbio, duplicatas, cheques, endossos, receber e quitar documentos, sendo-lhe expressamente vedado uso da razão social em negócios ou papéis de qualquer natureza alheios a empresa ou seus fins sociais, assim como: endossos, fianças ou avais.

Parágrafo único: Fica facultado dentro do limite de seu poder de administrador, constituir procuradores da sociedade, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores e assim nomeados.

CLÁUSULA DÉCIMA – RETIRADA DO PRÓ-LABORE:

Aos sócios serão creditados honorários mensais a título de pró-labore, cujas importâncias serão pagas mediante disponibilidade financeira da sociedade e entendimento prévio entre os mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – BALANÇO:

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apuradas (art. 1.065 CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FALECIMENTO:

A sociedade não se dissolverá por morte, interdição, ausência, falência ou insolvência de qualquer dos sócios.

Parágrafo primeiro: O falecimento ou ausência do sócio dará direito aos sucessores exigirem o pagamento dos respectivos haveres correspondente às cotas herdadas ou a admissão dos mesmos na sociedade.



Parágrafo segundo: Na hipótese de interdição de qualquer dos sócios, o curador será exercido nos termos do art.453 do Código Civil Brasileiro, devendo o curador representar o interdito na sociedade, nos termos da lei, cessada a interdição, o interdito retornará a sociedade com os mesmos direitos e obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DE LIBERAÇÕES:

As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento/redução do capital, designação, pedido de concordata, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião dos sócios:

Parágrafo Primeiro: A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS IMPEDIMENTOS E CASOS OMISSOS:

Os contratantes declaram sob sua inteira responsabilidade e sob as penas da lei que não estão condenados por nenhum crime que proíbe o exercício da sociedade conforme art. 1011 parágrafo 1º do Código Civil Brasileiro 2002. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Novo Código Civil, e de outros legais que lhes sejam aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

Fica eleito o foro de Conceição do Mato Dentro/MG, para dirimir quaisquer dúvidas sobre o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados assinam digitalmente a presente alteração: **GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA e MATEUS DE CASTRO MARCHINI.**

Conceição do Mato Dentro/MG, 19 de setembro de 2022



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/488.525-1	MGP2200840532	22/09/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MEDICAL CENTER LTDA - ME, de NIRE 3121040630-1 e protocolado sob o número 22/488.525-1 em 22/09/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9603282, em 23/09/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aloysio de Almeida Figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI

Belo Horizonte, sexta-feira, 23 de setembro de 2022



Documento assinado eletronicamente por Aloysio de Almeida Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 23/09/2022, às 16:44 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 22/488.525-1.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9603282 em 23/09/2022 da Empresa MEDICAL CENTER LTDA - ME, Nire 31210406301 e protocolo 224885251 - 22/09/2022. Autenticação: 45DD794B50575721CCD78939B4A3431C45E43356. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/488.525-1 e o código de segurança JSQG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/09/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

[assinatura]
 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM


Belo Horizonte, sexta-feira, 23 de setembro de 2022




Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9603282 em 23/09/2022 da Empresa MEDICAL CENTER LTDA - ME, Nire 31210406301 e protocolo 224885251 - 22/09/2022. Autenticação: 45DD794B50575721CCD78939B4A3431C45E43356. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/488.525-1 e o código de segurança jSQG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/09/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2380124149



1ª HABILITAÇÃO
14/06/2005

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
MATEUS DE CASTRO MARCHINI

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
02/02/1987, BELO HORIZONTE, MG

4a DATA EMISSÃO
08/06/2022

4b VALIDADE
08/06/2032

ACC
D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
MGIO643401 SSP MG

4d CPF
070.396.276-04

5 Nº REGISTRO
03612668525

9 CAT HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
IVAN MARCHINI

MARIA REGINA M DE C MARCHINI

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
44248554015
MG618105620

MINAS GERAIS

QR-CODE

Processo Nº: 11921/24
Rubrica: 6 Fls: 28



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primeira Licença / License - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / Data e Local de Nascimento - 4. Data de Emissão / Issuing Date / Data de Emissão / Issuance Date / DDMM/AAAA / DDMM/AAAA / DDMM/AAAA / DDMM/AAAA - 5. Local de Emissão / Issuing Authority / Identificação - 6. Categoria de Veículos / Vehicle Category / Categoria de Veículos - 7. Categoria de Permissão / License Category / Categoria de Permissão - 8. Nacionalidade / Nationality / Nacionalidade - 9. Observações / Observations / Observações - 10. Local / Place / Lugar

I<BRA036126685<254<<<<<<<<<<
8702023M3206087BRA<<<<<<<<<<8
MATEUS<<DE<CASTRO<MARCHINI<<<<

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME
GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA

DOC IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
085720143 MT MG

CPF
068.353.546-31

DATA NASCIMENTO
11/11/1984

FILIAÇÃO
ANTONIO CELSO PESSOA G MOREIRA
MÁRIA SOCORRO FARIA MOREIRA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
04777552873

VALIDADE
26/12/2024

1ª HABILITAÇÃO
08/10/2009

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
DIAMANTINA, MG

DATA EMISSÃO
26/12/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

50141219564
MG568180917

MINAS GERAIS

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE

Processo Nº: 11921 / 24
Rubrica: 6 Fls: 29



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 11.921/2024

RUBRICA:  FOLHA: 

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.024/2024

Processo Licitatório nº: 15.745/2023

Processo de Impugnação nº: 11.921/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP para cada secretaria/ subsecretaria/ subprefeitura/ fundação / unidade / setor ou qualquer órgão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, atendendo a todos os órgãos supracitados do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

IMPUGNANTE: MEDICAL CENTER LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa MEDICAL CENTER LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.024/2024.
02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.
03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Portanto, ele é obrigatório para todos os prestadores de serviço no setor de saúde. Sendo assim, estabelecimentos que não constam no cadastro atuam de forma irregular. Reiteramos que por se tratar de serviços prestados na área da saúde, empresas que trabalham na área de medicina do trabalho, devem ter necessariamente registro junto ao CNES. Assim, baseando-se no objeto do certame, faz-se necessário incluir a exigência de apresentação de registro no CNES entre os documentos de habilitação técnica.

06. Cumpre-nos ressaltar que tais exigências não incorrem em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato, pois se a empresa executa serviços no ramo da Saúde, já deve possuir a documentação necessária, pois para sua operacionalidade a empresa precisa dessa autorização do CRM de sua região, da ANVISA e do CNES.

07. Portanto, resta claro, que o mencionado edital foi falho quanto a exigência da qualificação técnica dos licitantes, exigência está de suma importância devido à complexidade técnica do objeto do edital. Assim, o mesmo merece ser corrigido, uma vez que a ausência de exigência de comprovação dos documentos contestados serve, no presente caso, como autorização para que empresas não qualificadas concorram como licitantes e contratem com a Administração, o que coloca em risco não só a finalidade pública precípua da licitação, mas em última e maior análise, coloca em risco a própria vida dos munícipes usuários do serviço de saúde pública.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 11.921/2024

RUBRICA: 91 FOLHA: 32

Comissão de Pregão I

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

08. Ante o exposto, requer-se que seja a presente impugnação julgada procedente, com efeito para que se proceda a devida correção do edital inserindo no rol de documentos de qualificação técnica, comprovação de registro da licitante e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Medicina e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, bem como atestado de capacidade técnica das licitantes, alvará sanitário da sede da licitante e inscrição no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, conforme preceitua a legislação vigente no momento da habilitação.

IV. DO MÉRITO

09 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

10 - Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 15/05/2024 as 10:00 horas e caso seja necessário o mesmo será suspenso até o dia anterior.

Nova Friburgo, 10 de maio de 2024.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

Subsecretaria de Recursos Humanos

Da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão – Subsecretaria de Recursos Humanos – Assistência Jurídica.

Para: Procuradoria.

Ref.: Processo Administrativo n.º 11.921/2024.

Requerente: Medical Center LTDA.

Assunto: Impugnação – Procuradoria.

PROCESSO Nº:	11.921/2024
DATA:	14/05/2024
FOLHAS Nº:	33
RUBRICA:	[Assinatura]

Prezados,

Com cordiais cumprimentos, trata-se de impugnação interposta pela empresa Medical Center LTDA, com base na Lei n.º 14.133/2021 contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.024/2024, em resumo.

Da análise da peça impugnatória da referida empresa, constatamos questionamentos a respeito do termo de referência os quais seguem abaixo respostas de competência desta Subsecretaria de Recursos Humanos – SESMT, vejamos:

2º Pergunta: Em relação aos questionamentos apontados pela empresa, esclarecemos que, os mesmos não guardam relação com o objeto a ser licitado, quais sejam LTCAT e LTIP, uma vez que não são realizados exames clínicos.

3º Pergunta: As visitas técnicas devem ocorrer de quantas vezes forem necessárias para a conclusão da prestação dos serviços;


6º Pergunta: Informamos que, atualmente, esta Municipalidade possui aproximadamente 7.463 (sete mil, quatrocentos e sessenta e três) servidores ativos.

Em relação aos demais questionamentos, encaminhamos os autos para manifestação deste setor considerando ser o responsável pela elaboração do edital.

Após, pela remessa a Douta Procuradoria-Geral na forma do Decreto Municipal n.º 022/2019 para análise e manifestação jurídica, tenda em vista o pronunciamento do Pregoeiro, às fls. 32.


Por fim, solicitamos maior celeridade tendo em vista a urgência que o caso requer.

Sem mais, nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, aproveitando a oportunidade para apresentar os votos de elevada estima e consideração.

PROCESSO Nº:	11.921/2024
DATA:	14/05/2024
FOLHAS Nº:	31
RUBRICA:	

Nova Friburgo, 14 de maio de 2024.

Atenciosamente,


Carlos Anderson da Silva Cordeiro
Eng. de Segurança do Trabalho
Matrícula 115.353


Cintia da Silva Oliveira
Supervisor NB II
Matrícula 63.305



PROCESSO N° 11.921

DIA 15 / 05 / 2024

Folhas N° 35 Rubrica 8

Processo: 11.921/2024

Requerente: Medical Center Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90024 de 2024 - Processo Licitatório n. 15.745/2023

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 09/05/2024 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90024 de 2024 - Processo Licitatório n. 15.745/2023, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP para atender a todos os órgãos do Município de Nova Friburgo.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 15 de maio de 2024.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação (fls. 03/12) a existência de omissão no edital quanto aos documentos atinentes à qualificação técnica dos licitantes, i.e., omissão do registro ou inscrição na entidade profissional competente, qual seja, registro junto ao CRM e CREA, bem como omissão de comprovação de cadastro juntos aos órgãos fiscalizadores (alvará sanitário e registro do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES).

Às fls. 13/16 foi anexado pedido de esclarecimento da empresa requerente, também datado de 09/05/2024, contendo 6 perguntas acerca do objeto, exigências e forma de realização do serviço.

A.



A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 30/32, recebeu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, limitando-se a encaminhar o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica e, após, à Procuradoria.

Às fls. 33/34 consta a manifestação da Subsecretaria de Recursos Humanos, onde se verifica que não foram respondidos os questionamentos impugnados às fls. 03/12, respondendo tão somente alguns questionamentos feitos no pedido de esclarecimento de fls. 13/16 (perguntas 2, 3 e 6).

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria para manifestação jurídica.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 09/05/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 15/05/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

la



Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.

§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

Verifica-se que o Pregoeiro recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Subsecretaria de Recursos Humanos para pronunciamento de ordem técnica.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Subsecretaria de Recursos Humanos a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, mas tão somente sobre os aspectos jurídico-legais impugnados.



Pois bem. Como narrado anteriormente, não foram respondidos os questionamentos impugnados às fls. 03/12, tendo a Subsecretaria de Recursos Humanos respondido somente alguns questionamentos feitos no pedido de esclarecimento de fls. 13/16 (perguntas 2, 3 e 6).

Analizando os autos do processo licitatório, verifica-se que, de fato, não constam as exigências questionadas pela impugnante no item relativo à qualificação técnica (item 19 do Edital e subitem 8.12.4 do Termo de Referência).

Apenas no tópico relativo às obrigações da contratada no Termo de Referência foram inseridas as exigências de que (i) a contratada deverá dispor de um responsável técnico para supervisão do serviço (subitem 9.2.6), (ii) deverá indicar, no ato da assinatura do contrato, o(s) responsável(is) técnico(s) que realizará(ão) os serviços, contendo no mínimo 01 (um) engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho e demais profissionais da área de segurança e/ou medicina do trabalho de forma suficiente para a realização dos serviços dentro do prazo (subitem 9.2.7), (iii) e deverá apresentar atestado de capacidade técnica e respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA (subitem 9.2.10).

Não consta, portanto, a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CRM e/ou CREA), tampouco a exigência de alvará sanitário e registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional



equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

[...]

A qualificação técnica tem por escopo aferir a capacidade para a execução do objeto licitado. Limita-se, portanto, àquelas exigências estabelecidas, admitindo-se eleger, dentro daquele rol, o quanto necessário, mantendo uma relação de proporcionalidade com o objeto pretendido, levadas em consideração as características semelhantes ou similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Abrange tanto a comprovação de capacidade técnico-profissional, relacionada à aptidão dos profissionais que integram o quadro da empresa, demonstrada através de atestado de responsabilidade técnica, quanto a técnico-operacional, que diz respeito à capacidade da empresa na execução de objetos similares, aferida mediante certidões, atestados ou documento de avaliação emitido em face de sua atuação na execução de outros ajustes.



Tais exigências são obrigatórias nas contratações de obras e serviços de engenharia, e nos demais casos, substituíveis por provas alternativas que permitam aferir que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática, conforme estabelecido no § 3º do art. 67.

No caso particular do atendimento do registro ou inscrição na entidade profissional competente, será exigido conforme a necessidade de comprovação, em razão de condição que limite e regule o exercício da atividade (p.e., registro em entidade ou conselho).

Trata-se, portanto, de matéria estritamente técnica a ser aferida e determinada pela Secretaria requisitante em consonância com o objeto licitado.

In casu, o objeto certame é a contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP para atender a todos os órgãos do Município de Nova Friburgo.

Registre-se que, como anteriormente narrado, no Termo de Referência foram inseridas as exigências de que a contratada deverá dispor de um responsável técnico, com equipe contendo, no mínimo, 01 (um) engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho (subitens 9.2.6 e 9.2.7) e, ainda, apresentar Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA (subitem 9.2.10).

Logo, deve a Subsecretaria de Recursos Humanos avaliar se a contratação do serviço de emissão de LTCAT e LTIP se configura como serviço de engenharia, bem como apurar a necessidade de exigência de registro das empresas licitantes na entidade profissional competente (CREA e ou CRM), de alvará sanitário para funcionamento e de registro no CNES.

li.



PROCESSO N° 11928

DIA 15/05/2024

Folhas N° 21 Rubrica 8

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pelo retorno dos autos à **Subsecretaria de Recursos Humanos** para ciência e manifestação de sua expertise e, após, à Comissão de Pregão I para ciência e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 15 de maio de 2024.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347

Subsecretaria de Recursos Humanos

Da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão – Subsecretaria de Recursos Humanos – Assistência Jurídica.

Para: Comissão Pregão.

Ref.: Processo Administrativo n.º 11.921/2024.

Requerente: Medical Center LTDA.

Assunto: Impugnação – Licitação.

PROCESSO Nº	11.921/2024
DATA:	21 / 06 / 2024
FOLHAS Nº	42
RUBRICA:	Rmy

Prezado Pregoeiro,

Com cordiais cumprimentos, em atenção a manifestação da Douta Procuradoria, às fls. 35/41, bem como aos questionamentos apresentados pela Impugnante às, fls. 13/16, servimo-nos do presente para apresentamos os seguintes esclarecimentos:

1º Pergunta – Em relação ao questionamento de indicação de marca/fabricante, informamos que por se tratar de prestação de serviços está é dispensável.

2º Pergunta - Quanto aos apontamentos relacionados ao termo de referência:

a) Sim, o entendimento está correto, pois o presente certame versa somente sobre a elaboração dos laudos de LTCAT e LTIP. Aproveitamos para informar que, já encontra-se em tramitação o processo que trata-se de exames (PGR e PCMSO), qual seja, n.º 28403/2023;

b) Não aplicável;

c) Não aplicável;

d) Não aplicável;

e) Não aplicável;

f) Não aplicável;

g) Não aplicável;

g) Não aplicável;

3º Pergunta – Após uma análise mais detida do termo de referência, esclarecemos que trata-se de erro material e será corrigido na republicação do edital.

4º Pergunta – Em relação ao modo de contratação dos profissionais informamos que fica a critério da contratada, sendo os encargos de inteira responsabilidade da mesma, consoante ao item 9.2.12 e 9.2.12.1 do Termo de Referência.

PROCESSO Nº	11.921/2024
DATA:	21 / 06 / 2024
FOLHAS Nº	43
RUBRICA:	Dmgy

9.2.12 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

9.2.12.1 A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

5º Pergunta – No caso da presente contratação não será utilizada a apresentação de amostras.

6º Pergunta – Informamos que, atualmente, esta Municipalidade possui aproximadamente 7.463 (sete mil, quatrocentos e sessenta e três) servidores ativos.

Ademais, informamos que realizamos as adequações necessárias no Termo de Referência relacionado aos itens: 2.1, 8.12.4 e 9.2.10, sendo este encartado no processo licitatório em apenso.


Por fim, não menos importante, a presente contratação do serviço de emissão de LTCAT e LTIP não se configura como serviço de engenharia, sendo necessária a apresentação do registro na entidade profissional competente CREA e ou CRM e demais documentações exigidas no Termo de Referência.

Deste modo, encaminhamos os autos para o devido prosseguimento do feito.

Sem mais, nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, aproveitando a oportunidade para apresentar os votos de elevada estima e consideração.

Nova Friburgo, 20 de junho de 2024.

Atenciosamente,


Lizandra Martins Gama Mineiro
Assessor Especial Jurídico
Mat.: 115.259


Thiago Parreira Ferreira Coimbra
Subsecretário de Recursos Humanos
Mat.: 199.383